

A Argentina de Macri viaja da ilusão à desesperança

A Argentina passou de promessas de crescimento econômico que aguardava na esquina para um chamado à austeridade que em poucas semanas derrubou o clima coletivo e afetou as esperanças que uma parte significativa da sociedade depositava no presidente Mauricio Macri.

O governo anunciou seu compromisso de fazer um corte drástico nos gastos públicos, no contexto de um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para receber um empréstimo de US\$ 50 bilhões, divulgado no dia 7 deste mês.

É o fim de uma negociação que começou no início de maio, após uma desvalorização da moeda nacional, o peso, de 25% em 30 dias e uma saída maciça de dólares do país abalou a economia e decidiu o governo recorrer a um remédio particularmente amargo para os argentinos.

A simples menção do FMI altera os nervos de quase todos os habitantes deste país sul-americano, que viveu uma crise econômica e social fenomenal que derrubou o governo de Fernando de la Rúa em 2001, quando a instituição financeira multilateral se recusou a conceder um resgate, após o que impôs sua receita de ajuste e endividamento durante os dois anos anteriores.

O resultado mais imediato deste novo acordo com o FMI, mesmo na perspectiva dos economistas que apoiam o governo, será um aumento da pobreza e do desemprego e uma redução geral da actividade económica numa nação que, no início do século XX, era uma das mais ricas do mundo e viveu inúmeras crises econômicas nas últimas décadas.

A diretora geral do FMI, Christine Lagarde, admitiu em um comunicado a possibilidade de que as condições sociais na

Argentina possam piorar e assegurou que, neste caso, está previsto um aumento das dotações orçamentais para este fim.

“A correção do déficit fiscal será muito dolorosa. A desvalorização do peso e a inflação vão ser superiores aos aumentos salariais, por isso todos perderemos qualidade de vida e a situação social será muito complicada no curto prazo”, disse o analista financeiro Claudio Zuchovicki à IPS.

A terceira maior economia da América Latina se comprometeu a reduzir seu déficit fiscal a uma taxa anual de 1,4% do Produto Interno Bruto (PIB) até que as contas públicas alcancem o equilíbrio até 2020.

Cada ponto do PIB representa 8 bilhões de dólares e, embora não tenha sido dado nenhum detalhe sobre como o objetivo será alcançado, ficou claro que haverá um corte drástico nas obras públicas.

Zuchovicki, gerente da Bolsa de Valores de Buenos Aires, não questionou o acordo com o FMI porque acredita que o país não tem mais outras fontes que lhe permitam se financiar a taxas razoáveis para sustentar sua economia deficitária.

“Tinhas de escolher entre coisas más. Mas se aguentarmos o que está por vir, poderemos chegar à frente mais tarde, como fizeram outros países. Às vezes, bater no fundo do poço faz você reagir e fazer as mudanças que você nunca foi encorajado a fazer”, acrescentou ele.

A situação social já é delicada na Argentina, onde mais de um quarto de sua população de 44 milhões de pessoas é pobre.

O presidente Macri, de centro-direita e em exercício desde dezembro de 2015, anunciou em março, no que ele apresentou como um sucesso de sua política econômica, que a pobreza havia caído em 2017 para 25,7% da população contra 30,3% no ano anterior.

Um dos dados mais sensíveis é que a pobreza é muito maior entre as crianças menores de 14 anos: caiu de 45,8 para 39,7 de um ano para o outro.

Mesmo com esse cenário de progresso modesto, aquele momento mostrou um Macri ainda com a imagem de força que seu triunfo nas eleições legislativas de meio-termo em outubro o havia deixado.

De fato, em março, ele também disse em sua mensagem anual ao Congresso Nacional que “o pior já passou” e anunciou que a partir daquele momento a Argentina estava entrando em um caminho de queda da inflação (com uma taxa de 25% em 2017) e crescimento.

No entanto, nos últimos meses, tudo piorou.

A inflação continuou a punir as classes média e baixa, impulsionada por aumentos excessivos nas tarifas de eletricidade, gás e água, que haviam sido congeladas durante o governo de centro-esquerda Cristina Fernández (2015-2017).

Nos dois anos e meio de mandato de Macri, os aumentos nos serviços públicos, em alguns casos, ultrapassaram os 500 por cento.

O descontentamento popular levou o Congresso, com maioria de oposição, a aprovar uma lei em maio que trouxe as taxas de volta a novembro e vinculou os aumentos futuros ao índice de variação salarial.

Macri acusou a oposição de “irresponsável” e vetou a lei em menos de 24 horas.

“Eu votei neste governo em 2015 e 2017, mas não vou votar mais nele. Entendo que as tarifas tinham de aumentar, mas de forma razoável”, disse Miguel Silva, 48 anos, casado e com três filhos, à IPS.

Silva trabalha há nove anos como garçoneiro durante oito horas

por dia em um bar no bairro Almagro, a duas quadras da tradicional Avenida Corrientes, em Buenos Aires.

Desde o mês passado, trabalha também às sextas-feiras, sábados e domingos numa garagem de estacionamento perto do bar, para reforçar o seu rendimento e o da sua mulher, que trabalha num escritório onde acaba de reduzir as suas oito a seis horas.

“Os donos das garagens sempre vêm tomar café e eu disse a eles há muito tempo para me avisar se eles precisavam de alguém. Quando me ofereceram a oportunidade, não pude dizer não, apesar de não poder descansar aos fins-de-semana. No ano passado, tive de vender o meu carro”, explicou ele.

Com a desvalorização do peso, espera-se uma maior aceleração da inflação, que os estudos privados projetam para este ano perto de 30%, o que torna ridícula a previsão oficial que havia sido feita de 12%.

Este é um golpe no coração das promessas eleitorais de Macri, que havia anunciado que iria acabar com as altas taxas de inflação e está agora em seu pior momento em termos de popularidade, de acordo com as pesquisas.

Em uma média das últimas pesquisas de opinião pública, a imagem positiva do presidente caiu para cerca de 35% e a desaprovação da gestão excede, pela primeira vez, 50%.

Mas talvez o mais significativo que refletem as pesquisas é que, ao contrário do que aconteceu durante a primeira etapa do governo de Macri, hoje a maioria não acredita que a situação melhore no futuro.

“Estimamos que nos últimos dois anos cerca de 7.500 pequenas e médias empresas (PMEs) fecharam na Argentina”, disse à IPS Daniel Moreira, presidente da Associação de PMEs, uma câmara de comércio que reúne cerca de 2.000 empresas desse tipo.

Moreira acrescentou: “A situação é muito difícil. Hoje muitos

trabalhadores na Argentina ganham 15.000 pesos (pouco mais de 550 dólares), quando os próprios números oficiais indicam que uma família precisa de 17.000 pesos para não ser pobre.

“Esse é o maior drama: que até mesmo muitos que têm emprego são pobres”, disse ele.

Original: Rebellion.org